

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**DE**

**Aluguer operacional de cópia, impressão de digitalização com manutenção incluída**

## **Índice**

- 1. Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento**
- 2. Regulamento e outros documentos normativos**
- 3. Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço**
- 4. Objeto do concurso**
- 5. Prazo**
- 6. Preço base**
- 7. Obrigações do prestador de serviço**
- 8. Forma de prestação de serviço**
- 9. Cessão da posição contratual**
- 10. Atrasos e Penalidades**
- 11. Preço contratual**
- 12. Caução**
- 13. Contrato escrito**
- 14. Condições de pagamento**
- 15. Resolução do contrato**
- 16. Foro Competente**
- 17. Comunicações e notificações**
- 18. Contagem dos prazos**
- 19. Prazo da obrigação de manutenção de propostas**
- 20. Legislação aplicável**

## Cláusulas gerais

### **Art. 1º – Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento**

1. Na execução da prestação do fornecimento observar-se-ão:
  - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
  - b) O Decreto – Lei 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, os restantes elementos patenteados em concurso, a proposta do adjudicatário e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.
3. Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea b) do número 1 serão observados em todas as disposições imperativas e nos demais cujos regimes não haja sido alterados pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

### **Art. 2º - Regulamentos e outros documentos normativos.**

Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e se relacionem com o fornecimento a efetuar.

### **Art. 3º Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço**

1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram

integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as seguintes regras:

- a) O estabelecido no próprio título contratual, que prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos;
- b) O estabelecido na proposta prevalecerá sobre todos os restantes documentos, salvo naquilo em que tiver sido alterado no título contratual;

#### **Art. 4º Objeto do concurso**

1. O contrato a celebrar tem por objeto principal a implementação de uma solução que inclua o fornecimento de equipamentos de cópia/scâner, fornecimento de consumíveis e serviços de manutenção, reparações de peças, mão de obra, deslocações, helpdesk, à exceção de papel e de energia elétrica.

#### **Art.5º Prazo**

O prazo de duração do contrato é de 1080 dias.

#### **Art. 6º Preço Base**

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de 60 000,00€, (sessenta mil euros) acrescido de IVA à taxa legal.

### **Obrigações contratuais**

#### **Art. 7º Obrigações do prestador de serviços**

Todos os problemas técnicos devem ser solucionados num prazo de 8 horas caso contrario deverá ser colocado um equipamento equivalente num prazo de 24 horas.

Estão incluídos todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva e todos os matérias de consumo necessários ao bom funcionamento do equipamento com a exceção do papel.

Entrega, montagem, configuração e formação na utilização de 1 copiador/impressora de rede/scanner de rede, formato A3, COR, impressão 45 páginas / minuto, 2 bandejas e um baypass.

Entrega, montagem, configuração e formação na utilização de 9 copiadores/impressora de rede/scanner de rede, formato A3, COR, impressão 25 páginas / minuto, 2 bandejas e um baypass.

Entrega, montagem, configuração e formação na utilização de 5 copiadores/impressora de rede/scanner de rede, formato A4, COR, impressão 25 páginas / minuto, 2 bandejas e um baypass

Garantia e assistência técnica aos fotocopiadores fornecidos, incluindo intervenções técnicas, substituição de todas as peças, componentes mecânicos e eletrónicos, deslocamentos e mão de obras.

Seguro obrigatório, nos termos da lei vigente, contra todos os riscos, que garanta os bens disponibilizados é da responsabilidade da entidade adjudicatária.

Fornecimento de todos os consumíveis para os equipamentos fornecidos. A entrega de

consumíveis deverá ser da inteira responsabilidade da empresa, procedendo antecipadamente à entrega dos mesmos, por forma a que não exista nenhuma rutura de stock.

A recolha dos consumíveis utilizados, é da responsabilidade da empresa fornecedora do serviço, devendo no final ser passada uma guia de resíduos à Câmara Municipal de Tondela

A solução deverá prever a instalação de uma única impressora de modo a poder recolher os trabalhos em 12 dos 15 equipamentos.

A solução deverá prever integração dos utilizadores com a AD.

A solução deverá prever o fornecimento de um software de gestão avançada de impressão, por forma a otimizar os custos, gerir as impressões e as respetivas contagens.

A instalação e configuração de toda a solução será da responsabilidade da empresa e acompanhada pelos técnicos do município que receberão a formação devida para a poderem gerir.

Em caso de necessidade, deverá existir uma linha de help desk para prestar o devido apoio em caso de necessidade.

A título acessório, o prestador de serviço fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço. Bem como ao esclarecimento do sistema de organização à necessária à perfeita e complexa execução das tarefas a seu cargo.

O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante.

O Adjudicatário deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus empregados, funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para correta execução do Contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao Adjudicatário.

O valor em dívida, existente com a empresa financeira dos atuais equipamentos, deverá antecipadamente ser liquidado na sua totalidade pela empresa adjudicatária, devendo a Câmara Municipal de Tondela, receber um documento que comprove a liquidação da dívida.

#### **Art. 8º Prestação do serviço**

1. Após a celebração do contrato inicia-se o objeto do fornecimento mencionado no artigo 4º e no período estipulado no artigo 5º do presente caderno de encargos.
2. O prazo de entrega dos equipamentos é de 15 dias após assinatura do contrato.
3. O contrato a estabelecer deverá englobar o fornecimento de 31 000 (trinta e uma mil) cópias a preto mensais que acumulam para os meses seguintes caso não sejam consumidas e de 28 000 (vinte e oito mil) cópias a cores mensais que acumulam para os meses seguintes caso não sejam consumidas.
4. Deverá ficar definido o valor extra plafond das cópias a preto.
5. Deverá ficar definido o valor extra plafond das cópias a cores.
6. No final do contrato será feito um encontro de contas entre cópias a preto e cópias a cores, por forma a que a Câmara Municipal não pague copias extra plafond.
7. Se mesmo assim, no final do contrato, se se verificar que a Câmara Municipal não atingiu os plafonds de cópias contratados, será feita uma nota de crédito à Câmara

Municipal desse valor ou os equipamentos continuarão a funcionar nas mesmas condições sem qualquer custo até que se esgote a totalidade do plafond contratado.

#### **Art. 9º Cessão da posição contratual**

O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou quaisquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- b) Ser apreciado pela entidade adjudicante, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

#### **Art. 10.º Atrasos e penalidades**

1. A entidade adjudicante terá o direito a exigir indemnização por perdas e danos eventualmente resultantes do atraso ou do não cumprimento por parte do adjudicatário e por facto que lhe seja imputável, das obrigações emergentes do contrato.

Pelo incumprimento do objeto do contrato

Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o município pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 10% da prestação.

Na determinação da gravidade do incumprimento, o município de Tondela terá em conta,



nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa e as consequências do incumprimento.

Resolução por parte do município de Tondela

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato na lei, o município pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos serviços.

### **Obrigações da Câmara Municipal**

#### **Art. 11º Preço Contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal de Tondela deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal, se este for legalmente devido.
2. O valor do objeto do contrato deverá ser efetuado mensalmente.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

#### **Art. 12º - Caução**

Não é exigível a apresentação de caução

#### **Art. 13º - Redução do contrato a escrito**

É exigível a redução do contrato a escrito.

#### **Art. 14º Condições de Pagamentos**

1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela câmara, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

#### **Art. 15º Resolução do contrato**

Sem prejuízos de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, os contratantes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

### **Resolução de litígios**

#### **Art. 16º Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Art. 17º Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma,

identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Até à celebração do contrato/adjudicação as comunicações far-se-ão através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

#### **Art. 18º Contagem dos prazos**

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Art. 19º PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PROPOSTAS**

O(s) concorrente(s) é/são obrigado(s) a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

#### **Art. 20º Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo Código Contratos Públicos (CCP).

Tondela, 22dezembro de 2017

O Presidente da Câmara

José António Gomes de Jesus, Dr.